

# EUA têm opções para dívida latina

O governo norte-americano está examinando três alternativas para ajudar no equacionamento do problema do endividamento externo dos países latino-americanos, cujo montante já alcança US\$350 bilhões, revelou ontem o embaixador dos EUA no Brasil, Diego Asencio, ele preferiu deixar para só revelar "as possibilidades daqui a dois ou três dias", mas elas estão relacionadas a comércio, investimentos e empréstimos oficiais e privados.

Os onze países signatários do Consenso de Cartagena, reunidos em Brasília em foro paralelo à assembléia geral da Organização dos Estados Americanos (OEA), continuam assinalando a necessidade de um diálogo e negociação política em torno do endividamento externo. Ontem, foi a vez do chanceler do Peru, Luis Petrovich, salientar a proposta latino-americana e rechaçar a argumentação norte-americana, de que a dívida é um problema eminentemente econômico.

"A dívida latino-americana não é mais um problema econômico — assinalou —, na medida em que não estamos podendo pagá-la. Trata-se, a partir daí, de um problema político, e por isso continuamos insistindo na necessidade de diálogo direto, para evitarmos confrontação". Para o chanceler peruano, a reunião com o secretário de estado norte-americano, George Shultz, estimulou os devedores a convidar países credores para a reunião, que poderá se realizar após o dia 8 de fevereiro, em São Domingos, República Dominicana.

O embaixador Diego Asencio confirma que Shultz deu esperanças aos países latino-americanos, mas evitou comentar se os Estados Unidos concordariam em participar da reunião em São Domingos. "Realmente não tenho nenhuma informação sobre isso", confessou o embaixador. Porém, a disposição norte-americana, embora ainda insista que o assunto seja tratado no âmbito do FMI, já parece mais flexível.

## Recurso adicional

A Comissão de Assuntos Econômicos e Sociais da OEA aprovou proposta do Brasil, para que os governos latino-americanos busquem, junto aos organismos internacionais de crédito e financiamento — FMI, BIRD, BID — a adoção de medidas tendentes a liberar recursos adicionais para a região, de forma a aliviar o peso da dívida que afeta os países da América Latina e Caribe.

Outra proposta apresentada por Brasil, Costa Rica, México e Venezuela, aprovada pela manhã, manifesta preocupação com modificações introduzidas na legislação norte-americana sobre direitos compensatórios. Para esses países, a mudança reforça o

caráter protecionista da lei, especialmente no critério de acumulação de países exportadores afetados por tais medidas, ao requisito para apresentação ao congresso dos EUA de estudos sobre políticas de incentivo ao desenvolvimento industrial, bem como a consideração à montante.

Por isso, os países latino-americanos, dentro da estratégia de vincular a necessidade de liberalização do comércio a uma solução para a crise do endividamento, deverao promover uma "conferência interamericana sobre relações comerciais" no próximo ano. Mas existe uma divergência: Os EUA só aceitam a convocação da conferência com agenda ampla e que enfoque, inclusive, a necessidade de uma nova rodada multilateral nas regras do comércio. O Brasil, porém, considera que um dos objetivos principais da conferência deve ser justamente uma maior abertura do mercado dos EUA às exportações dos latino-americanos.